

Políticas de Investimentos: novas abordagens em busca de maior rentabilidade e controle de riscos

Publicada em 24/01/2020

A Petros publicou as Políticas de Investimentos para os próximos cinco anos (2020-2024), aprovadas pelo Conselho Deliberativo em dezembro. O documento é revisado anualmente, atualizando os objetivos e as diretrizes dos investimentos para orientar as decisões de alocação dos 37 planos de benefícios administrados pela Fundação, que conta com um patrimônio total da ordem de R\$ 100 bilhões, abrangendo um universo de 143 mil participantes. A publicação está disponível na **Área do Participante**, aqui no Portal Petros.

As políticas para os próximos cinco anos orientam a Petros num importante desafio que atinge todos os investidores: garantir rentabilidade para os investimentos em um cenário de juros baixos. A tarefa é ainda mais difícil para os fundos de pensão, que têm compromissos de longo prazo com seus participantes. Em um contexto econômico de juros baixos, a tendência é que a rentabilidade dos títulos de renda fixa fique abaixo das metas atuariais. São essas metas que preveem o rendimento necessário para que o plano possa fazer frente a seus compromissos atuais e futuros, ou seja, pague os benefícios a seus participantes, como aposentadorias, pensões e auxílios-doença.

Assim, as Políticas de Investimentos da Petros focam em ativos com rentabilidade esperada maior, porém respaldada por uma gestão rigorosa no controle do risco de investimento.

O objetivo da gestão de investimentos da Petros é criar condições para que os planos tenham ativos suficientes para honrar o passivo quando ele tiver que ser pago. A natureza de longo prazo do passivo faz com que as variações das taxas de juros produzam um impacto potencialmente relevante sobre o valor presente do passivo, daí a necessidade de avaliar continuamente o impacto da estratégia de gestão sobre a trajetória do ativo em relação ao passivo. Por isso, as Políticas de Investimentos passaram a dedicar especial atenção ao passivo dos planos, monitorando continuamente a duration (o tempo médio estimado para o pagamento de benefícios) de cada plano para avaliar o risco do descasamento entre os ativos e os passivos, assegurando a solvência dos planos ao longo do tempo. Quanto maior é a duration de um plano, maior é o impacto da variação dos juros no valor dos ativos e do passivo.

Neste contexto, é importante reforçar que a Política de Investimento de cada plano leva em consideração sua modalidade, maturidade, características das obrigações e busca o equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial e a liquidez necessária para garantir o fluxo de despesas. Assim, as novas Políticas de Investimentos da Petros e a nova Política de Gestão de Riscos representam uma evolução importante, pois propiciam um enorme ganho em termos de governança, transparência e controles de riscos.

Mais renda variável, menos renda fixa

Em linhas gerais, as políticas preveem aumento da parcela dos recursos em renda variável, tanto em investimentos diretos, como ações em Bolsa, quanto indiretos, como fundos de ações. Além disso, contempla desinvestimentos em ativos com alto grau de concentração para uma melhor gestão de riscos. As políticas também preveem redução das aplicações em renda fixa. As alterações foram feitas com base no cenário econômico esperado pela Fundação, que prevê recuperação da atividade econômica no curto e médio prazo, com possível reflexo na inflação e nos juros.

O movimento é acompanhado por uma nova abordagem de gestão e uma preocupação maior com a definição dos limites de risco de cada plano, de acordo com suas características. Há planos jovens, em fase de acumulação de recursos, que não precisam de liquidez no curto prazo, e outros maduros, com mais necessidade de recursos para o pagamento de benefícios a curto prazo.

O investimento no exterior está previsto nas Políticas de Investimentos 2020-2024. A estratégia é de diversificação e de proteção, reduzindo a exposição ao risco Brasil. No caso de imóveis, a Petros mantém sua estratégia de desinvestimento ou transferência para fundos nos próximos dez anos, de maneira a se adequar à resolução CMN nº 4.661/18, que veda novos investimentos em imóveis de forma direta. A Fundação permanece com a estratégia de vender os ativos de Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) que não estão de acordo com seu programa de investimentos.

Em linha com as melhores práticas

Uma novidade no processo de elaboração das Políticas de Investimentos foi um amplo trabalho de pesquisa realizado pelo time de investimentos da Petros sobre as estratégias de alocação de diversos investidores institucionais. O levantamento incluiu fundos de pensão, endowments de universidades e fundos soberanos, com o objetivo de encontrar um modelo que integre objetivos, estrutura, governança e processo decisório de forma robusta, transparente e de fácil acompanhamento, para servir de base para a Petros a partir de 2020.

“Os planos administrados pela Petros tiveram uma rentabilidade muito boa em 2019, bem acima da meta atuarial, resultado do trabalho de uma equipe qualificada, alinhada às melhores práticas do mercado e equiparada às maiores gestoras de recursos do país. É uma conquista importante considerando o patrimônio de mais de R\$ 100 bilhões e a complexidade da nossa governança. O ambiente de juros baixos exige a busca por ativos de maior retorno, com o menor risco possível. É preciso assegurar a rentabilidade e o cumprimento da meta atuarial, sem colocar em risco os planos, combinando segurança e agilidade necessárias à gestão dos investimentos”, afirma o diretor de Investimentos, Alexandre Mathias.

Confira, a seguir, os quadros que mostram as diretrizes para os investimentos dos planos Petros do Sistema Petrobras — Repactuados (PPSP-R) e Não Repactuados (PPSP-NR) e Petros-2 (PP-2), maiores planos administrados pela Petros. As Políticas de Investimentos foram concluídas antes da cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR, para reunir os participantes do chamado Grupo Pré-70 no PPSP-R Pré-70 e no PPSP-NR Pré-70. Para esses planos, as decisões quanto às estratégias de investimentos ainda estão em fase de estudos.

Na primeira coluna, estão os segmentos de investimentos previstos pela legislação. Na segunda coluna, “Alocação”, está a participação de cada segmento no total dos recursos do plano, em setembro de 2019. Nas colunas seguintes, estão a parcela mínima e máxima que cada segmento pode ter, segundo as Políticas de Investimentos 2020-2024. A última coluna é o percentual de referência, ou seja, o percentual alvo de alocação que deve ser buscado de forma gradual de acordo com as condições do mercado ao longo de cinco anos, seguindo um portfólio de referência. Inclusive, cabe destacar que as equipes de Investimentos e de Risco da Fundação irão contratar uma consultoria para avaliar a necessidade de aprimoramento do portfólio de referência em relação às melhores práticas.

66,4%	20%	100%	46%
21%	0%	45%	33%
1,1%	0%	20%	10%
1,1%	0%	5%	0%
0,0%	0%	15%	10%
6,2%	0%	10%	6%

4,1%	0%	15%	5%
0,0%	0%	10%	0%
68,4%	20%	100%	49%
19,4%	0%	45%	33%
1,2%	0%	20%	6%
1,2%	0%	5%	0%
0,0%	0%	15%	6%
7%	0%	10%	7%
2,6%	0%	15%	5%
0,0%	0%	5%	0%
71,0%	0%	100%	32%
18,0%	0%	45%	39%

6,1%	0%	20%	17%
1,2%	0%	5%	2%
4,9%	0%	15%	15%
1,7%	0%	10%	2%
3,2%	0%	15%	5%
0,0%	0%	10%	5%